

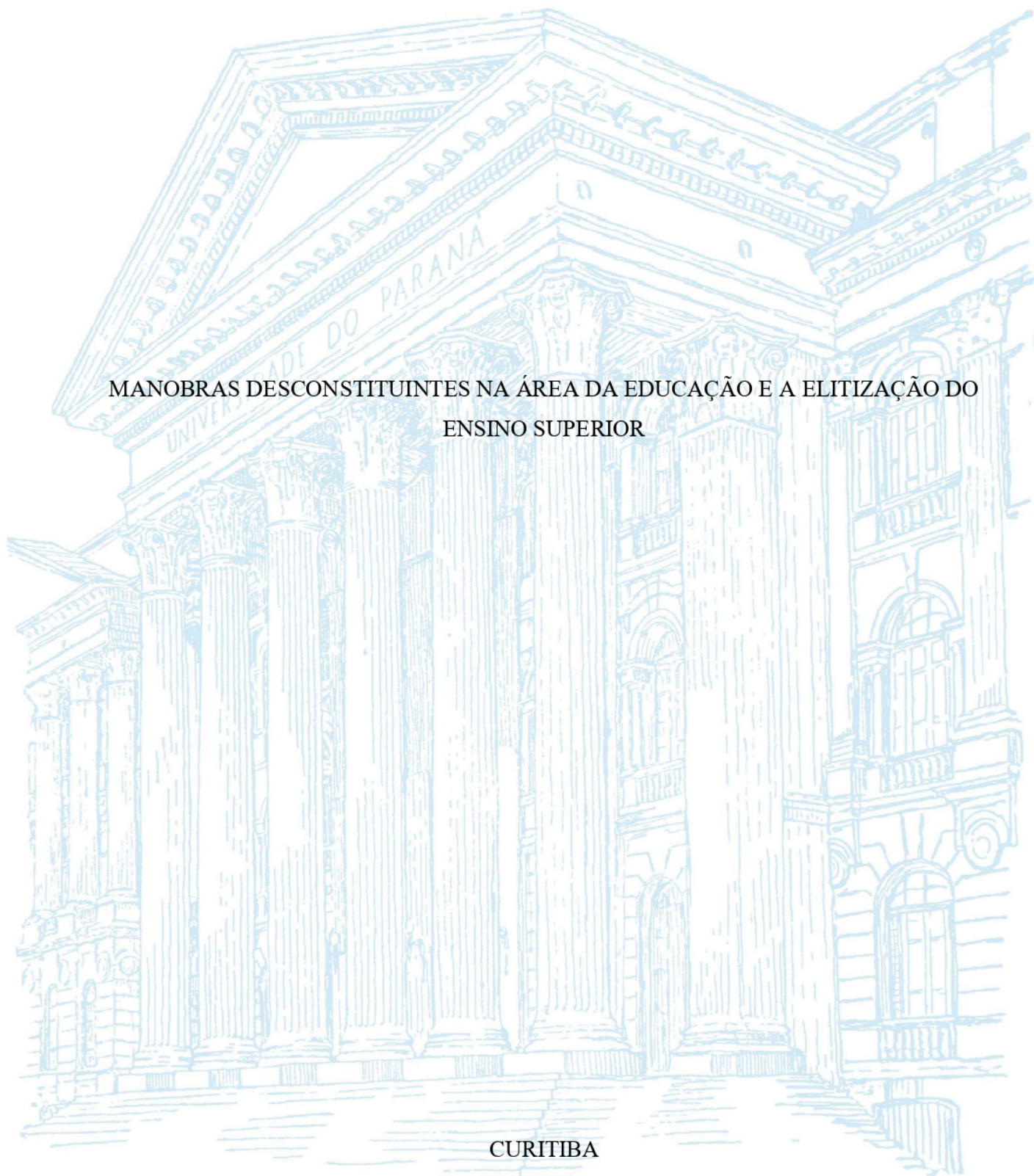
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

FLAVIA ALESSANDRA CORDEIRO LINO

MANOBRAS DESCONSTITUINTES NA ÁREA DA EDUCAÇÃO E A ELITIZAÇÃO DO  
ENSINO SUPERIOR

CURITIBA

2023



FLAVIA ALESSANDRA CORDEIRO LINO

MANOBRAS DESCONSTITUINTES NA ÁREA DA EDUCAÇÃO E A ELITIZAÇÃO DO  
ENSINO SUPERIOR

Artigo científico apresentado como requisito parcial à obtenção do título do grau de Bacharela em Direito, pelo Curso de Graduação em Direito – habilitação em Direito do Estado da Universidade Federal do Paraná. Orientadora: Profa. Dra. Vera Karam de Chueiri.

CURITIBA

2023

TERMO DE APROVAÇÃO

Manobras desconstituintes na área da educação e a elitização do ensino superior

FLÁVIA ALESSANDRA CORDEIRO LINO

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito parcial para obtenção de Graduação no Curso de Direito, da Faculdade de Direito, Setor de Ciências jurídicas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:



---

Profa. Dra. Vera Karam de Chueiri  
Orientador

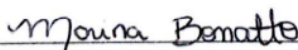
---

Coorientador



---

Profa. Dra. Heloisa Fernandes Câmara  
1º Membro



---

Me. Marina Bonatto  
2º Membro

## **Manobras desconstituintes na área da educação e a elitização do ensino superior**

Flavia Alessandra Cordeiro Lino

### **RESUMO**

O presente artigo discute a adoção de manobras desconstituintes na área da educação durante o governo de Jair Bolsonaro e demonstra como tais medidas contribuíram para a elitização do ensino superior e para a erosão da democracia brasileira. A primeira parte apresenta as teorias dos principais autores e autoras que analisam o fenômeno da erosão da democracia nos dias atuais. Na segunda parte é feito um panorama do contexto da eleição de Jair Bolsonaro e das posições defendidas pelo ex-presidente e por integrantes do seu governo no campo da educação. Na terceira parte são apresentadas as práticas desconstituintes adotadas pelo pelo governo federal entre 2019 e 2022 que resultaram no enfraquecimento do sentido público da educação, cuja consequência foi a dificuldade de acesso de grupos menos favorecidos ao ensino superior bem como a permanência destes nas instituições de ensino. Ao final, conclui-se que a estratégia utilizada para dismantelar a educação superior pública foi a asfixia orçamentária, através de cortes de verbas que ameaçaram a continuidade das atividades das universidades públicas, a permanência e o acesso de estudantes baixa renda ao ensino superior e comprometeram seriamente a produção científica nacional em um cenário de visível retrocesso após anos de avanços no campo da ampliação do acesso à educação superior.

**Palavras chave:** Manobras desconstituintes; erosão democrática; educação superior.

### **ABSTRACT**

This article discusses the adoption of deconstituent maneuvers in the field of education during Jair Bolsonaro's government and demonstrates how such measures have contributed to the elitization of higher education and the erosion of Brazilian democracy. The first part presents the theories of the main authors who analyze the phenomenon of democratic erosion in current times. The second part provides an overview of the context of Jair Bolsonaro's election and the positions advocated by the former president and members of his government in the field of education. The third part presents the deconstituent practices adopted by the federal government between 2019 and 2022, which resulted in the restriction of university autonomy for political and ideological reasons and in the weakening of the public sense of

education, leading to difficulties in access to higher education for disadvantaged groups and their retention in educational institutions. In conclusion, it is argued that the strategy used to dismantle public higher education was budget suffocation, through budget cuts that threatened the continuity of activities in public universities, as well as the access and retention of low-income students in higher education, and seriously compromised the national scientific production in a context of visible setback after years of advances in the field of expanding access to higher education.

**Key-words:** Deconstituent maneuvers; democratic erosion; higher education.

## SUMÁRIO

Introdução.....	4
1. Erosão democrática: um conceito, várias concepções.....	6
2. Bolsonarismo e educação.....	14
3. Os efeitos do governo Bolsonaro na educação: a elitização do ensino superior.....	19
4. Considerações finais.....	29
Referências.....	30

## **Introdução**

O ciclo de manifestações iniciado em 2013 costuma ser apontado como a demonstração mais aparente do esgotamento e da insatisfação popular em relação ao modelo político instaurado após a redemocratização. Os acontecimentos de junho de 2013 são descritos como singulares. Oscar Vilhena Vieira aduz que o que fez com que milhões de pessoas fossem às ruas foi uma percepção de que a implementação de direitos garantidos pela CRFB/88 estava sob ameaça e de que o sistema político democrático que havia tornado possível os avanços percebidos ao longo de mais de duas décadas estava corroído pela corrupção. Por esse motivo, as manifestações não consistiram em um movimento revolucionário que visava a transformação do sistema, fosse ele político ou econômico, mas sim em uma reivindicação pela concretização das promessas feitas pela Constituição e pelos governantes ao longo dos anos<sup>1</sup>.

Os protestos seriam ainda a expressão de uma aparente contradição da experiência constitucional brasileira. De um lado havia um grupo formado por jovens que criticavam a insuficiência das políticas sociais, as falhas da representação política, a corrupção eleitoral e a impunidade e parcialidade na aplicação da lei; de outro, as manifestações eram também uma consequência dos avanços alcançados a partir da CRFB/88, na medida em que uma nova geração beneficiada pelas melhorias nas condições de vida e pelo progresso econômico ocorrido nas décadas anteriores acreditava que tais avanços estavam sob ameaça, o que fez com que esse grupo fosse às ruas reivindicar a efetivação dos seus direitos e maior efetivação das políticas sociais, bem como demandar posições mais éticas e representativas por parte dos políticos eleitos<sup>2</sup>.

Após a reeleição da ex-Presidenta Dilma Rousseff em 2014, seguida pela recusa de seu opositor Aécio Neves em aceitar o resultado das urnas, o que se viu foi uma intensificação da polarização política já presente na sociedade. Os escândalos de corrupção revelados pela Operação Lava Jato, que posteriormente vieram a afetar os principais líderes do governo, juntamente com a dificuldade de Rousseff em manter uma base de apoio no congresso, iriam contribuir para a intensificação do sentimento generalizado de insatisfação em relação à classe política como um todo, mas principalmente em relação ao governo do Partido dos Trabalhadores. .

---

<sup>1</sup> VIEIRA, Oscar Vilhena. A batalha dos poderes: da transição democrática ao mal-estar constitucional. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 18.

<sup>2</sup> Ibidem, p. 17.

O agravamento da crise política que culminou no afastamento definitivo de Dilma Rousseff em 2016, foi seguido pelo governo de Michel Temer marcado pelos baixos índices de aprovação e pela continuidade da polarização.

Esse é o pano de fundo da eleição de Jair Messias Bolsonaro, que chegou ao poder com um discurso inflamado e nitidamente autoritário, cuja principal característica é o enaltecimento do golpe militar de 1964 e a crítica à chamada “velha política”, esta entendida como a prática de entregar cargos aos parlamentares em troca de apoio no Congresso. Após tomar posse, nomeou como ministros de estado vários integrantes das forças armadas, que passaram assim a ocupar posições estratégicas no governo.

A democracia brasileira sob o comando de Bolsonaro foi classificada como “imperfeita” pela Economist Intelligence Unit (EIU).<sup>3</sup> O motivo é a piora do processo de erosão democrática provocado pela degradação das principais bases da democracia constitucional.

Sob a gestão Bolsonaro, o que se viu foi a nomeação de pessoas comprometidas com o desvirtuamento de instituições de suma importância para promoção de políticas públicas. O Ministério do Meio Ambiente se manteve inerte diante do aumento do desmatamento e queimadas, abdicando-se do seu dever de proteção do meio ambiente; o Ministério da Saúde, quando comandado por um general do Exército, lançou protocolo de tratamento da covid-19 recomendando a utilização de remédio sem eficácia comprovada<sup>4</sup>.

O Ministério da Educação foi igualmente atingido por práticas contrárias ao texto constitucional, cuja principal delas foi a restrição orçamentária.

O objetivo do artigo é demonstrar como a política educacional foi afetada por práticas desconstituintes que além de esvaziar o conteúdo do direito à educação e da garantia da autonomia universitária, tal como previsto na CRFB, resultou em um processo de elitização do ensino superior, ao dificultar a permanência e o acesso de grupos vulneráveis à universidade.

Na primeira parte da pesquisa é feita uma exposição das principais teorias que explicam como o processo de erosão democrática se manifesta, utilizando como marcos

---

<sup>3</sup>CHADE, Jamil. Democracia vive erosão global; no Brasil, Bolsonaro ataca instituições. UOL, 2022. Disponível em <<https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2022/02/10/democracia-vive-erosao-global-no-brasil-bolsonaro-ataca-instituicoes.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em: 20 out. 2022.

<sup>4</sup> MOTTA, Anáís. Mandetta, Teich, Pazuello e Queiroga: os 4 ministros da Saúde da pandemia. UOL, 2021. Disponível em <<https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2021/03/15/mandetta-teich-pazuello-e-queiroga-os-4-ministros-da-saude-da-pandemia.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em: 20 out. 2022.

teóricos tanto autoras e autores estrangeiros, quanto autoras e autores brasileiros, que escrevem especificamente sob a perspectiva do contexto nacional.

Em seguida, são apresentados os posicionamentos defendidos por Bolsonaro e integrantes do seu governo que iriam refletir nas políticas educacionais adotadas durante seu mandato. Por fim, é feita uma análise sobre como a gestão bolsonarista utilizou da estratégia de diminuição orçamentária para restringir a autonomia universitária e a produção científica, o que vai ao encontro do diagnóstico de que líderes com tendências autoritárias costumam adotar medidas contra universidades, devido ao fato dessas instituições se mostrarem importantes espaços de desenvolvimento crítico e de avaliação de políticas públicas<sup>5</sup>. É demonstrado que as políticas educacionais, marcadas pelas restrições orçamentárias, agravaram ainda mais o cenário da política educacional no país que já vinha sofrendo com os efeitos da diminuição de recursos provocada pela instituição do teto de gastos após a aprovação da Emenda Constitucional 95/2016.

Adianta-se que a conclusão foi a de que a gestão da educação durante o governo de Jair Bolsonaro foi marcada pelo ataque às universidades motivado por questões políticas e ideológicas e pelos cortes orçamentários, que por diversas vezes ameaçaram o funcionamento dessas instituições bem como o acesso de estudantes de baixa renda ao ensino superior e a permanência de estudantes vulneráveis na graduação e na pós-graduação, além de prejudicar fortemente a produção científica nacional.

As conclusões apontam para a importância de refletirmos sobre como um governo de tendências autoritárias pode não apenas erodir as bases da democracia, como também contribuir para o esvaziamento de direito básicos como o direito à educação e o desmantelamento de políticas inclusivas, em prol da imposição de agendas de viés neoliberal e conservador<sup>6</sup>.

---

<sup>5</sup> O exemplo citado por Anna Venturini é a aprovação de uma lei na Hungria em 2017, cuja finalidade era criar dificuldades para a continuidade de uma universidade norte-americana, que posteriormente foi transferida para a Áustria. Disponível em <<https://pp.nexojornal.com.br/opinia0/2021/Ensino-superior-p0blico-e-cortes-orçament0rios-discricionariedade-ou-discriminaç0o>>. Acesso em: 20 out. 2021.

<sup>6</sup> Wendy Brown trata da relação entre o neoliberalismo e o conservadorismo nos seguintes termos: “No neoliberalismo realmente existente, esse desmantelamento [da sociedade] ocorre em muitas frentes (...) Politicamente, envolve o desmantelamento ou a privatização do estado social - seguridade social, educação, parques, saúde e serviços de todos os tipos. Legalmente, envolve o manejo de reivindicações de liberdade para contestar a igualdade e o secularismo, bem como as proteções ambientais, de saúde, de segurança, laborais e ao consumidor. Eticamente, envolve a contestação da justiça social por meio da autoridade natural dos valores tradicionais (BROWN, 2019, p.49).

## 1. Erosão democrática: um conceito, várias concepções

Vários autores e autoras na atualidade têm se debruçado sobre o estudo acerca das formas pelas quais as democracias são atacadas e enfraquecidas, demonstrando que o que ocorre contemporaneamente é profundamente diverso dos golpes de Estado que marcaram as décadas anteriores, cuja principal característica é a rápida derrocada da ordem democrática.

Conforme aponta Alvaro Bianchi<sup>7</sup>, o golpe militar foi o que predominou durante o século XX, motivo pelo qual o golpe de Estado passou a ser identificado unicamente com sua variante militar, cuja concretização ocorre mediante uma derrubada violenta e súbita de um governo, por militares ou com ajuda desses.

Essa seria, no entanto, uma definição limitada do fenômeno, na medida em que desconsidera as hipóteses em que os golpes são promovidos por grupos integrantes do Legislativo, do Judiciário ou por um conjunto de grupos e facções. O caso brasileiro em 1964 se enquadraria nessa hipótese, visto que houve respaldo à mobilização militar tanto pelo Senado, que declarou vaga a presidência da República, quanto pelo Judiciário, que após sessão do Supremo Tribunal Federal, empossou Ranieri Mazzili como presidente. O mesmo teria ocorrido, mais recentemente, em Honduras e no Paraguai, com a derrubada de Manuel Zelaya em 2009 e Fernando Lugo em 2012, respectivamente, após golpes protagonizados por facções do Poder Legislativo<sup>8</sup>.

Assim, a expressão “golpe de estado” deve ser entendida, mais adequadamente, como

(...) uma mudança institucional com vistas a redistribuição do poder político, promovida sob a direção de uma fração do aparelho de Estado que, para tal, utiliza medidas e recursos excepcionais que não fazem parte das regras usuais do jogo político (BIANCHI, 2019, pos. 805).

LOPES, MEYER e LINHARES<sup>9</sup> apontam que o declínio da quantidade e qualidade das democracias envolve várias causas e atores, havendo inclusive o emprego de diferentes métodos, como a eliminação do sistema de freios e contrapesos, a centralização dos poderes do Executivo, o desfalque da oposição política, o ataque aos mecanismos de *accountability* e a supressão de liberdades liberais clássicas. Por outro lado, dentre as causas identificadas

---

<sup>7</sup> PINHEIRO Rosana Machado; PINHEIRO-MACHADO, Adriano de Feixo (org). Brasil em transe: Bolsonarismo, nova direita e desdemocratização. Pos. 792. Rio de Janeiro. Oficina Raquel, 2019, pos.164

<sup>8</sup> Ibid., pos. 801

<sup>9</sup> LOPES, Mariana Tormin Tanos; MEYER, Emílio Peluso Neder; LINHARES, Emanuel Andrade Linhares. Pandemia e Erosão da Democracia Constitucional: uma Análise dos Ataques à Transparência no Brasil. RDP, Brasília, Volume 17, n. 96, 93-122, nov./dez. 2020, p. 104. Disponível em <<https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/4544>> . Acesso em: 25 jan. 2022.

pelos autores estão a polarização política, as desigualdades sociais e as crises econômicas, além da renda *per capita* reduzida.

A utilização da expressão “erosão democrática” se justifica pelo fato de que, devido ao emprego de meios legais/constitucionais, presentes no cotidiano democrático, o ataque à democracia, bem como às suas instituições, normalmente empreendido por representantes eleitos, ocorre de forma gradual, o que dificulta a oposição e faz com que não haja uma resposta imediata da sociedade civil e da comunidade internacional, por exemplo. Em síntese:

Eles não pretendem usar o prestígio de um candidato “*outsider*” para remediar as falhas do sistema democrático. Pretendem, ao contrário, prolongar artificialmente o mal-estar público, a fim de apresentar o chefe de Estado como seu único ator verdadeiramente representativo. Ao invés de reformar a democracia liberal, o que aparentemente se deseja é erodir suas bases ideológicas de sustentação para instaurar, em meio a seus escombros, um regime de caráter autoritário e personalista (LYNCH, CASSIMIRO, 2022, pos. 869).

A falta de reação frente a tais ataques se justifica pelo fato de prevalecer no imaginário popular a imagem das formas clássicas de colapso de regimes democráticos, efetivados através da tomada de poder pelos militares, fechamento das casas legislativas e prisão de opositores e críticos do regime.

O fenômeno da erosão, por sua vez, pode resultar em regimes marcadamente autoritários ou então em regimes ambíguos/ híbridos.

O termo legalismo autoritário, originalmente cunhado por Javier Corrales, descreve as práticas de uso, abuso e não uso do direito em prol do Executivo, mediante mudanças constitucionais e infraconstitucionais, visando o fortalecimento do Executivo; a adoção de medidas facciosas com o objetivo de aumentar o poder do governante; ou ainda, por meio de práticas irregulares, oriundas do descumprimento de leis e normas constitucionais<sup>10</sup>.

Na mesma linha do autor, Kim Lane Scheppele analisa o fenômeno em artigo intitulado “Autocratic Legalism”<sup>11</sup>.

Para Scheppele, a forma como as democracias entram em declínio se afasta muito dos padrões vistos anteriormente, durante a ascensão de regimes autoritários como os vistos na Europa nas décadas de 1930 e 1940, e no Brasil entre 1964 e 1985. A autora explica que líderes eleitos democraticamente utilizam meios e métodos constitucionais e legais para impor

---

<sup>10</sup> CÂMARA, Heloisa Fernandes; ALMEIDA, Ana Paula Cardoso. Estratégias de erosão constitucional no Brasil: bolsonarismo e a desconstituição por meios legais e administrativos. Revista Direito e Práxis, [S.l.], out. 2022, p.6. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/66510>>. Acesso em: 02 nov. 2022.

<sup>11</sup> SCHEPELE, Kim Lane. “Autocratic Legalism”. The University of Chicago Law Review, Vol. 85, 2018, p. 545-583. Disponível em <[https://lawreview.uchicago.edu/sites/lawreview.uchicago.edu/files/11%20Scheppele\\_SYMP\\_Online.pdf](https://lawreview.uchicago.edu/sites/lawreview.uchicago.edu/files/11%20Scheppele_SYMP_Online.pdf)>. Acesso em: 21 set. 2021.

medidas iliberais, como enfraquecimento dos mecanismos de controle sobre o Poder Executivo e a corrosão das instituições de fiscalização. Há uma preocupação em manter a aparência da democracia e do constitucionalismo liberal, enquanto seu conteúdo é esvaziado.

Em vez de rejeitar a linguagem do constitucionalismo e da democracia em nome de uma grande ideologia como seus antepassados autoritários, os novos autocratas legalistas adotam a linguagem constitucional e democrática, ignorando qualquer compromisso com os valores liberais que deram sentido a essas palavras (SHEPPELE, 2018, p. 562).<sup>12</sup>

A preocupação em manter uma aparência de normalidade faz com que os novos autocratas evitem violações em massa de direitos humanos e admitam que haja uma certa oposição, utilizando, porém, métodos de intimidação e perseguição contra seus opositores eleitorais. Há uma atuação no sentido de diminuir a liberdade de seus oponentes e constrangê-los através dos meios legais, ignorando valores democráticos essenciais como a liberdade de expressão, o respeito às minorias, eleições livres, o pluralismo e a tolerância. A consequência disso é a transformação da democracia em majoritarismo bruto através de meios não violentos, em prol da expansão dos poderes do Executivo<sup>13</sup>.

Sob uma outra vertente, o conceito de constitucionalismo abusivo<sup>14</sup>, que diz respeito ao fenômeno em que os institutos do direito constitucional são usados com o objetivo de enfraquecer a democracia liberal através de emendas constitucionais e da substituição do texto constitucional por novas leis fundamentais, trata do fenômeno em que tais institutos são usados por presidentes para manterem-se no poder e alterarem a forma de controle sobre órgãos e poderes autônomos.

O constitucionalismo abusivo pode se apresentar através de três formas diversas: por meio de emendas constitucionais, com o objetivo de permitir a reeleição, por exemplo, como ocorreu na Colômbia; por substituição da constituição, que leva a uma diminuição dos

---

<sup>12</sup> No original: “Rather than rejecting the language of constitutionalism and democracy in the name of a grand ideology as their authoritarian forebears did, the new legalistic autocrats embrace constitutional and democratic language while skipping any commitment to the liberal values that gave meaning to those words”.

<sup>13</sup> Nas palavras da autora: “Portraying themselves as democratic constitutionalists is absolutely essential to their public legitimation; what is missing in the new democratic rhetoric is any respect for the basic tenets of liberalism. They have no respect for minorities, pluralism, or toleration. They do not believe that public power should be accountable or limited. In short, liberalism is gutted by the new autocrats while they leave the facades of constitutionalism and democracy in place. Election opponents may be harassed with nuisance criminal charges, but they do not wind up in jail, or at least not for long. Civil-society groups may be defunded, but they are not closed by the government. The press that supports the opposition is not censored, but it may be starved of advertising and then bought out by oligarchs connected to the winners. The elections that keep the new autocrats in power are rigged in technical ways behind the scenes rather than through obvious tactics that can be spotted by observers, such as ballot-box stuffing. Through these nonviolent means, democracy is transformed into brute majoritarianism” (SHEPPELE, 2018, p. 578).

<sup>14</sup> BARBOZA, Estefânia Maria Queiroz; ROBL FILHO, Ilton Norberto. Constitucionalismo abusivo: fundamentos teóricos e análise da sua utilização no Brasil contemporâneo. *Direitos Fundamentais & Justiça*, Belo Horizonte, ano 12, n. 39, jul./dez. 2018, p. 6.

controles do poder; ou por uma combinação entre reforma e substituição constitucional, cujo principal exemplo é a Hungria de Victor Orbán<sup>15</sup>.

De acordo com BARBOZA e FILHO “o emprego de instrumentos previstos no direito constitucional positivo muitas vezes camufla a violação da estrutura das democracias constitucionais” (BARBOZA, FILHO, 2018, p. 94).

Cristiano Paixão<sup>16</sup> utiliza a expressão “práticas desconstituintes” para tratar de uma das dimensões da crise constitucional enfrentada pelo Brasil desde 2016. Segundo o autor, há ações e omissões do governo de Jair Bolsonaro que atingiram setores cruciais da ordem constitucional como igualdade racial, cultura, patrimônio histórico e meio ambiente. Essa crise se dá através da destruição por dentro do texto constitucional, mediante a retirada da proteção mínima prevista pela constituição ou pela subversão de alguns dispositivos; ambas as hipóteses podem ser caracterizadas como práticas desconstituintes.

O autor cita como exemplo de prática desconstituente a nomeação de Sérgio Camargo para o cargo de presidente da Fundação Palmares em 2019, devido ao seu posicionamento de crítica à causa negra, manifestado ao classificar o Movimento Negro como “escória maldita”<sup>17</sup>, bem como ao não reconhecer a importância histórica de Zumbi dos Palmares<sup>18</sup>. Tendo em vista a existência de normas constitucionais que classificam a prática de racismo como crime inafiançável, no inciso XLII do art. 5º, e a pauta as relações internacionais da República por vários princípios, dentre eles o repúdio ao racismo, nos termos do art. 4º, inciso VII, a escolha de Camargo para tal posto afronta o texto constitucional que impõe como um dos aspectos centrais da ordem constitucional a igualdade racial e o repúdio à discriminação. Trata-se de uma postura claramente desconstituente na medida em que o órgão sofreu um processo de desvirtuamento ao passar a atuar contra os valores protetivos previstos no texto constitucional.

PAIXÃO trabalha ainda com o conceito de captura da Constituição de Jan-Werner Muller, utilizando-o para descrever a estratégia por meio da qual o processo legislativo é

---

<sup>15</sup> CÂMARA; ALMEIDA, op. cit, p. 5.

<sup>16</sup> PAIXÃO, Cristiano. Destruindo “por dentro”: práticas desconstituintes do nosso tempo. (2020) GGN, 13 jul. 2020b. Disponível em: <https://jornalgggn.com.br/artigos/destruindo-por-dentro-praticasdesconstituintes-do-nosso-tempo-por-cristiano-paixao/>. Acesso em: 27 ago. 2021.

<sup>17</sup> UOL.Vera Rosa e Julia Lindner. Sérgio Camargo chama movimento negro de 'escória maldita' <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2020/06/03/sergio-camargo-chama-movimento-negro-de-escoria-maldita.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em 03 ago. 2021.

<sup>18</sup> G1. Pedro Henrique Gomes. Crítico de Zumbi dos Palmares, Sérgio Camargo chefiará comitê gestor da área onde fica memorial. 03/06/2020. Disponível em <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/06/30/critico-de-zumbi-dos-palmares-sergio-camargo-chefiara-comite-e-gestor-da-area-onde-fica-memorial.ghtml>> . 30/06/2021. Acesso em: 03 ago. 2021.

usado para implementar mudanças de alcance constitucional. Nesse sentido, os políticos teriam aprendido que para desfigurar a Constituição não é preciso alterá-la através de emendas, sendo possível fazer isso através de leis ordinárias. Para o autor, os processos legislativos que deram origem às Leis nº 13.429 e nº 13.467, ambas de 2017, são exemplos de capturas constitucionais, visto que promoveram a alteração do sistema protetivo do trabalho, conforme previsto na CRFB, ou seja, o processo legislativo foi utilizado com o intuito de aprovar medidas que vão “*contra a Constituição*”<sup>19</sup>.

Eneida Desiree Salgado e João Guilherme Walski de Almeida adotam o conceito de *lawfare* em um sentido político, conforme teorizado por Cristiano Zanin, Valeska Teixeira Martins e Rafael Valim, para analisar o processo de erosão democrática no Brasil através de uma perspectiva diversa. Por meio do uso estratégico do Direito por membros do Ministério Público e magistrados, ocorre um extrapolamento dos fins constitucionais visando a deslegitimação, aniquilação ou a imposição de prejuízos à líderes e partidos políticos, movimentos sociais e pessoas influentes<sup>20</sup>.

Nesse contexto, o *lawfare* deve ser compreendido como uma estratégia, formulada por operadores do Direito, que antecede a propositura de processos e utiliza mecanismos jurídicos com o objetivo de perseguir finalidades contrárias à legalidade e à Constituição, tais como o constrangimento e descrédito de indivíduos ou grupos diante da opinião pública e a alteração do resultado de eleições.

SALGADO e WALSKI argumentam que no Brasil, as arbitrariedades praticadas por membros do Ministério Público e do Poder Judiciário perpetraram uma guerra jurídica que reflete na erosão da democracia brasileira nos últimos anos. A arena política foi regulada por meio de uma atuação estratégica do sistema de justiça, que culminou no constrangimento e na deslegitimação pública, em um cenário de ampla divulgação midiática, de dois dos principais nomes da política brasileira: o atual Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e da ex-presidenta Dilma Rousseff:

Além dos ataques promovidos contra a então chefe do Executivo, ações desprovidas de fundamentos jurídicos foram propostas com a intenção de provocar repercussões políticas e midiáticas. Decisões judiciais expressamente contrárias ao texto da Constituição foram tomadas para tirar políticos do circuito ou, ao menos, para

---

<sup>19</sup> PAIXÃO Cristiano. Captura da constituição e manobras desconstituintes: crônica do Brasil contemporâneo. (2020) GGN, 06 nov. 2020. Disponível em: <<https://jornalgggn.com.br/artigos/captura-da-constituicao-e-manobras-desconstituintes-cronica-do-brasil-contem-poraneo-por-cristiano-paixao/>>. Acesso em: 27 ago. 2021.

<sup>20</sup> SALGADO, Eneida Desiree; ALMEIDA, João Guilherme Walski de. *Lawfare e crise da democracia: contribuições da experiência brasileira para compreensão da erosão democrática*. In: *Lawfare: guerra jurídica e retrocesso democrático*. Curitiba: Íthala / GRD, 2022. v.4, p. 203.

provocar dano ao seu capital político. Outros exemplos desta interferência ilegítima não faltam (SALGADO; WALSKI, 2022, p. 206).

Membros do Senado como Delcídio do Amaral, Renan Calheiros e Aécio Neves também foram alvos de operações que culminaram na prisão e no afastamento do cargo. No caso de Delcídio, a prisão no exercício de seu mandato consistiu em um acontecimento inédito na política brasileira. O afastamento de Renan teve como causa hipótese que não encontra previsão expressa no texto constitucional. E, por fim, a decisão que decretou o afastamento de Aécio foi proferida em decisão monocrática do Ministro Edson Fachin, sendo que posteriormente, o Ministro Luiz Fux afirmou que o senador deveria se afastar do cargo para provar sua inocência, de forma que a atuação do Supremo consistiria na verdade em uma ajuda para que Aécio comprovasse à sociedade sua ausência de culpa<sup>21</sup>.

Os desdobramentos dos acontecimentos acarretados pela guerra jurídica travada entre atores do judiciário e da política, marcada por atuações irregulares e articuladas e por ofensas a preceitos processuais e direitos constitucionalmente assegurados resultaram na derrocada de um governo e impactaram diretamente nas eleições posteriores, visto que contribuíram para o surgimento de uma onda populista “que foi além dos tradicionais espaços do Poder Executivo, do Poder Legislativo e da luta político-eleitoral para atingir o Poder Judiciário” (SALGADO, WALSKI, 2022,p. 214).

Por fim, cumpre descrever mais uma análise do cenário de erosão democrática no cenário nacional, desta vez manifestada em um contexto ainda mais recente.

Durante a pandemia de Covid-19, que assolou o Brasil e o mundo ao longo dos três últimos anos, o processo de erosão democrática intensificou-se. Para LOPES, MEYER e LINHARES, a alteração da Lei de Acesso à Informação, da metodologia e dos parâmetros de divulgação do número de mortos e contaminados durante o período de emergência sanitária, aliados à imposição de sigilo aos pareceres ministeriais e ao abuso de poder normativo, facilitaram a omissão do Executivo e com isso aprofundaram os ataques à democracia Constitucional. O caso brasileiro se enquadraria no conceito de *executive underreach*, que ocorre quando o Executivo omite-se intencionalmente diante de uma emergência pública, não obstante a existência de normas legais que preveem suas obrigações ou de recursos para responder à crise<sup>22</sup>.

---

<sup>21</sup> SALGADO, Eneida Desiree; ALMEIDA, João Guilherme Walski de., op. cit., p. 206-207.

<sup>22</sup> LOPES, Mariana Tormin Tanos; MEYER, Emílio Peluso Neder; LINHARES, Emanuel Andrade, op. cit., p. 110.

As consequências da falta de publicidade e transparência em relação às informações relacionadas à pandemia foram a concentração dos poderes do Executivo, o aumento dos atos de corrupção, da desinformação e disseminação de notícias falsas, que por sua vez interferiram nos índices de isolamento e distanciamento social. As ações e omissões praticadas pelo Executivo agravaram visivelmente os impactos da covid-19 e intensificaram ainda mais o quadro de crise, que no caso do Brasil apresenta características de uma erosão gradativa, em um cenário de legalidade aparente:

Não foram necessários, portanto, tanques nas ruas ou poderes emergenciais para o prosseguimento do processo de erosão da democracia constitucional brasileira durante a pandemia. A mistura de ações deliberadas de abuso do poder normativo e ataques à transparência criou um cenário propício para omissão deliberada (*executive underreach*). São atos que possuem efeito cumulativo e contribuem para o aprofundamento das crises política, sanitária e econômica, violam os direitos fundamentais à vida, saúde e transparência (LOPES; MEYER; LINHARES, 2020, p.113).

Conforme demonstrado, o processo de erosão democrática tem se mostrado bastante amplo, com métodos, instrumentos e atores variados. Em consequência disso, os seus efeitos podem ser sentidos em diversas áreas da vida cotidiana.

CÂMARA e CARDOSO analisam o desenvolvimento do fenômeno no contexto brasileiro através da identificação de cinco estratégias empregadas pela gestão Bolsonaro<sup>23</sup>. Com o unilateralismo legislativo, manifestado através de um uso exponencial de decretos, portarias e medidas provisórias, o chefe do Executivo buscou modificar políticas públicas em áreas importantes para seus eleitores, como posse de armas. O resultado foi o aumento do número de armas registradas após a edição de atos normativos que flexibilizaram regras como os tipos de armas que poderiam ser adquiridas por civis, bem como a quantidade máxima permitida.

Por meio de medidas de desestruturação administrativa e de ataques à burocracia, áreas foram precarizadas, a exemplo do ocorrido após a edição da medida provisória 870/2019 que transferiu as atribuições do Ministério do Meio Ambiente para o Ministério da Agricultura, e atribuiu a este a competência de demarcar terras indígenas, função até então desempenhada pela FUNAI. Ademais, servidores foram vítimas de perseguições e tiveram sua autonomia funcional cerceada, ao mesmo tempo em que a Administração Pública era alvo de um processo de desinstitucionalização e militarização.

---

<sup>23</sup> CÂMARA, Heloisa Fernandes; ALMEIDA, Ana Paula Cardoso, op, cit.,p.7.

Outra estratégia utilizada consiste na diminuição da destinação de recursos em áreas como meio ambiente, educação e ciência, enquanto áreas importantes para a manutenção de sua base eleitoral, como é o caso da segurança pública, foram beneficiadas pelo aumento de recursos. Através dos cortes orçamentários e até mesmo do não uso de recursos, buscou-se inviabilizar a criação de certas políticas públicas em setores essenciais.

Ainda, a paralisia de políticas públicas é feita através da extinção e de alterações em órgãos de participação da sociedade civil, que veem seu espaço de atuação ser restringido ou até mesmo esvaziado.

A última estratégia identificada pelas autoras, consiste nos ataques à transparência e aos mecanismos de controle. Além das modificações na Lei de Acesso à informação já citada anteriormente, observa-se uma atuação no sentido de dismantelar a estrutura de combate à corrupção, controlar o Parlamento, por intermédio do orçamento secreto, e o judiciário, por meio da captura do cargo de Procurador Geral da República.

A partir dessas constatações, a seguir serão abordados os fatores que levaram Jair Bolsonaro à presidência em 2018 bem como os posicionamentos dos principais membros do governo Bolsonaro acerca da educação e temas relacionados à área, visando demonstrar que a gestão da pasta refletiu as convicções desses atores sobre o tema.

## **2. Bolsonarismo e educação**

Em livro publicado ainda em 2018, David Runciman<sup>24</sup> manifestava sua preocupação com a vulnerabilidade da democracia brasileira, citando o resultado de uma pesquisa realizada em 2017, em que cerca de metade dos brasileiros declarava seu apoio a uma intervenção militar temporária, com a finalidade de conter a crise política e econômica enfrentada pelo país.

De acordo com a análise feita por Wendy Hunter e Timothy J. Power<sup>25</sup>, Jair Bolsonaro chegou à Presidência em 2018 explorando com êxito duas grandes clivagens no eleitorado brasileiro: a primeira delas diz respeito ao discurso *antiestablishment*, ligado a um forte sentimento de repulsa pela política e pelos políticos em geral, provocado pelos constantes escândalos de corrupção e esquemas de lavagem de dinheiro envolvendo membros do

---

<sup>24</sup> RUNCIMAN, David. Como a democracia chega ao fim. São Paulo: Todavia, 1ª ed., 2018, p. 233.

<sup>25</sup> HUNTER, Wendy; POWER, Timothy J. Bolsonaro and Brazil's Illiberal Backlash. *Journal of Democracy*, 30, no. 1, 2019.

Congresso. A outra clivagem é a antipetista, que reflete a resistência por parte de uma considerável parcela dos eleitores em apoiar o Partido dos Trabalhadores, em um contexto em que o atual presidente Lula se mostrava envolvido em investigações no âmbito da operação Lava Jato, e o governo de Dilma Rousseff era marcado pela recessão e pelas suspeitas de violação às leis orçamentárias.

Nesse contexto, Jair Bolsonaro, ex-integrante do exército e deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro, que ganhou destaque na imprensa ao tentar barrar as investigações da Comissão da Verdade, organização responsável por apurar os crimes cometidos durante a ditadura militar, e ao exaltar discursos de figuras como Carlos Alberto Brilhante Ustra<sup>26</sup>, era conhecido por seu discurso de defesa e exaltação do regime militar e pelo antagonismo em relação às minorias e aos ativistas e defensores de direitos humanos. Os altos índices de violência, a crise econômica e uma percepção de desmoralização do sistema político podem ser apontados como fatores que impulsionaram sua ascensão como candidato à presidência.

Jair Bolsonaro chegou à presidência após uma campanha eleitoral marcada fortemente por uma agenda de ordem moral e conservadora, com discursos ligados à proteção da família e da liberdade, combate à corrupção e garantia da segurança pública. A difusão dos conteúdos políticos ligados à campanha ocorreu através do compartilhamento de mensagens em aplicativos como o Whatsapp e redes sociais como o Twitter e o Facebook. Essas mesmas ferramentas de campanha foram utilizadas para a disseminação de notícias falsas, produzidas mediante o emprego de informações tiradas do contexto, fatos adulterados e exaltação de teorias da conspiração, visando o favorecimento de Bolsonaro<sup>27</sup>.

A vitória de Bolsonaro foi possível graças à participação fragmentada das forças políticas progressistas no pleito e à estratégias eleitorais discutíveis adotadas por estas:

Isto favoreceu sobremaneira a candidatura da extrema direita, que se apresentou de forma eficiente como uma alternativa anti-establishment, conseguindo surfar na onda antipolítica e estabelecendo canais de comunicação diretos com parte expressiva do eleitorado brasileiro, dispensando a mediação da mídia tradicional (FREIXO; PINHEIRO-MACHADO, 2019, pos. 253).

---

<sup>26</sup> LYNCH, Christian; CASSIMIRO, Paulo Henrique. Populismo reacionário: ascensão e legado do bolsonarismo. São Paulo: Editora Contracorrente, 2022. pos. 1106.

<sup>27</sup> De acordo com levantamento realizado pelo Congresso em Foco durante a campanha eleitoral em 2018, dentre 123 notícias falsas disseminadas, 104 (85%) beneficiaram Bolsonaro e 19 (15%) Fernando Haddad. Disponível em <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/pais/das-123-fake-news-encontradas-por-agencias-de-checagem-104-beneficiaram-bolsonaro/>. Acesso em: 13 set. 2022.

Todos estes acontecimentos propiciaram a ocorrência do que ficou conhecido como “onda bolsonarista”, que diz respeito aos resultados das eleições de 2018, que culminaram na eleição de Bolsonaro e de vários políticos com discursos conservadores apoiados pelo então candidato à presidência, amparados em discursos de combate à corrupção, abandono da velha política, supremacia de valores morais e religiosos e defesa da ampliação do porte de armas pela população.

De acordo com LYNCH,<sup>28</sup> a coalizão conservadora que saiu vitoriosa em 2018 era composta por reacionários radicais, neoliberais de mercado, gerais aposentados e liberais saídos da “revolução judiciarista”, ou lavajatistas. O núcleo presidencial gravitava em torno de uma base ideológica encabeçada por Olavo de Carvalho e uma política econômica de viés neoliberal gerida por Paulo Guedes.

Os posicionamentos adotados durante a campanha iriam orientar todo o mandato do presidente eleito, que ao longo dos quatro anos foi marcado pela retórica agressiva contra jornalistas, críticos e opositores, estrangulamento em áreas essenciais que afetaram o oferecimento de políticas públicas essenciais, além do negacionismo científico durante uma das maiores emergências sanitárias suportadas pelo país.

Nesse sentido, o bolsonarismo é aqui entendido como um fenômeno que transcende a própria figura de Jair Bolsonaro, e que se caracteriza por uma visão de mundo ultraconservadora, que prega o retorno aos “valores tradicionais” e assume uma retórica nacionalista e “patriótica”, sendo profundamente crítica a tudo aquilo que esteja minimamente identificado com a esquerda e o progressismo (FREIXO; PINHEIRO-MACHADO, 2019, pos. 243).

Após eleger-se, uma das primeiras medidas adotadas por Bolsonaro foi a nomeação de militares e ex-militares para compor seu gabinete, dentre eles Walter Braga Netto, ocupante da chefia do Ministério da Defesa, cuja criação em 1999 objetivava promover a supremacia do governo civil sobre as forças armadas, o que representa um rompimento com os últimos presidentes civis brasileiros, que se opuseram ao regime militar<sup>29</sup>.

Trata-se de um governo que se aproveita do sentimento compartilhado por parcela significativa da população que considera que as falhas dos governos anteriores representam a falha da democracia, e por isso veem a volta do regime ditatorial uma oportunidade de retorno a um período supostamente livre de corrupção, onde prevalecia o respeito aos valores religiosos e morais ligados à família. O surgimento de Jair Bolsonaro, conhecido pelos

---

<sup>28</sup> LYNCH, Christian; CASSIMIRO, Paulo Henrique. op. cit., pos. 1005.

<sup>29</sup> HUNTER, Wendy; POWER, Timothy J., op. cit., p. 81.

discursos de exaltação do regime militar e de proteção da família, da vida e da liberdade, personifica todos esses anseios.

Isto é, ele seria capaz de reduzir a corrupção, de governar sem precisar fazer coalizões com os partidos, instaurar a ordem num país marcado pela criminalidade, reduzir o papel do Estado na economia e na vida dos cidadãos, bem como garantir que os valores cristãos da família (ABRUCIO, 2021).

Os efeitos das políticas adotadas carregadas de concepções conservadoras, ideológicas e neoliberais foram sentidas em praticamente todas as áreas. O Ministério da Educação ao longo do mandato de Bolsonaro foi considerado uma das pastas mais sensíveis do governo e uma das que mais sofreu influência da ala ideológica<sup>30</sup>.

Olavo de Carvalho, referencial teórico do bolsonarismo, em entrevista ao autor do livro “Guerra pela eternidade: o retorno do Tradicionalismo e ascensão da direita populista”, proferiu ataques às universidades, afirmando que o governo Bolsonaro planejava realizar cortes no financiamento da cultura e da educação, mas previa que caso o governo realizasse um corte considerado apropriado, em torno de 2%, os protestos teriam efeitos devastadores, de modo que as universidades não passariam por mudanças fundamentais e continuariam sendo uma fachada, “como todas as instituições no Brasil - nesse caso, uma fachada para a fornicação” (TEITELBAUM, 2020, pos. 3727).

Ao ser eleito presidente, Bolsonaro afirmou que a prioridade do MEC seria o oferecimento de ensino de qualidade, visando a transformação dos jovens em bons profissionais 'deixando de lado temas ligados à 'ideologia de gênero' e ideologia voltada para 'desgaste dos valores familiares'<sup>31</sup>.

Antes mesmo de tomar posse como presidente, Bolsonaro já havia afirmado em entrevista que considerava que a política de cotas nas universidades estaria “totalmente equivocada”, era preciso acabar com as ações afirmativas, que na sua opinião eram em verdade “coitadismo” e que reforçavam o preconceito<sup>32</sup>.

---

<sup>30</sup> Conforme esclarecem Saraiva e Silva: “Entre os principais atores da «ala ideológica» estariam os chamados «olavistas», diretamente influenciados pelos escritos e aulas online de Olavo de Carvalho – como o chanceler Ernesto Araújo e o filho Eduardo Bolsonaro. Em menor medida, grupos neopentecostais, que enxergam nos ideólogos um grupo simpático a pautas como a transferência da embaixada brasileira em Tel Aviv para Jerusalém. Já a «ala pragmática» seria representada pelos militares – especialmente Hamilton Mourão, vice-presidente, pela Câmara de Deputados – e por grupos – especialmente ligados aos interesses agropecuários – que sofreriam perdas econômicas com o avanço de pautas dos ideólogos” (SARAIVA, SILVA, 2019, p. 118).

<sup>31</sup>GOMES, Pedro Henrique; GARCIA, Gustavo. Milton Ribeiro toma posse como quarto ministro da Educação no governo Bolsonaro. G1, 2020. Disponível em <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/07/16/milton-ribeiro-toma-posse-como-quarto-ministro-da-educacao-no-governo-bolsonaro.ghtml>>. Acesso em: 15 set. 2021. .

<sup>32</sup> Bolsonaro diz que política de cotas é 'equivocada' e que política de combate ao preconceito é 'coitadismo'. G1, 2018. Disponível em

Entre 2019 e 2022 o Ministério da Educação foi chefiado por 4 ministros, dentre eles: Ricardo Vélez Rodríguez, seguidor de Olavo de Carvalho, afastado devido a disputas entre a ala ideológica e a ala militar dentro do Ministério; Abraham Weintraub, foi afastado do cargo após a instauração de inquéritos que apuravam a prática do crime de racismo e ameaças aos ministros do Supremo; Milton Ribeiro, pastor cuja nomeação foi considerada um aceno à base evangélica, foi preso em 2022 pela Polícia Federal sob a suspeita de prática de "tráfico de influência e corrupção para a liberação de recursos públicos" do FNDE<sup>33</sup>; e, Victor Godoy Veiga, último ministro nomeado para o cargo que manteve-se à frente do MEC até o término do governo Bolsonaro.

Em 2019, o até então Ministro da Educação Ricardo Vélez Rodrigues, afirmou em entrevista ao Valor Econômico que pretendia revisar livros didáticos sobre o golpe de 1964 e a ditadura militar, pois, na sua opinião o que ocorreu em 1964 não foi um golpe, mas sim uma decisão soberana da sociedade brasileira, assim como o regime que se sucedeu “não foi uma ditadura, mas um regime democrático de força”<sup>34</sup>.

A alta rotatividade de ministros e as polêmicas envolvendo os ocupantes do cargo de chefia já demonstravam o enfraquecimento e a desestruturação do Ministério, ao mesmo tempo em que dificultava a criação de uma gestão de longo prazo no âmbito da pasta, isso porque a atuação do órgão mostrou-se comprometida com a defesa de valores ideológicos em detrimento da elaboração de políticas públicas.

Some-se a isso a posição discriminatória do ex-presidente no sentido de desvalorizar os cursos de ciências humanas como sociologia e filosofia, devido a uma suposta demora do retorno em comparação com cursos da área da tecnologia e saúde por exemplo<sup>35</sup>.

Não por acaso, os cursos de humanas são justamente aqueles que concentram os maiores índices de diversidade racial. Conforme levantamento do Censo Nacional do Ensino Superior de 2017<sup>36</sup>, o curso de sociologia por exemplo conta com uma pessoa negra para cada

---

<<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/10/24/bolsonaro-diz-ser-contra-cotas-e-que-politica-de-combate-ao-preconceito-e-coitadismo.ghtml>>. Acesso em: 20 set. 2021.

<sup>33</sup> Milton Ribeiro é preso pela PF: entenda o escândalo no MEC envolvendo ex-ministro e pastores. BBC NEWS BRASIL, 2022. Disponível em <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-61900067>>. Acesso em: 15 set. 2022.

<sup>34</sup> Ministro da Educação diz que pretende revisar livros didáticos sobre o golpe de 1964 e a ditadura militar. G1, 2019. Disponível em

<<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/04/04/ministro-da-educacao-diz-que-pretende-revisar-livros-didaticos-sobre-o-golpe-de-1964-e-a-ditadura-militar.ghtml>>. Acesso em: 20 set. 2021.

<sup>35</sup> VENTURINI, Ana Carolina. Ensino superior público e cortes orçamentários: discricionariedade ou discriminação? Nexo Jornal, 2021. Disponível em <<https://pp.nexojornal.com.br/opiniao/2021/Ensino-superior-publico-e-cortes-orcamentarios-discricionariedade-ou-discriminacao>>. Acesso em 20/09/2021.

<sup>36</sup> PASSARINHO, Nathalia. Sob ameaça de cortes no governo Bolsonaro, cursos de ciências sociais e humanas concentram diversidade racial. BBC NEWS Brasil, 2019. Disponível em <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-48201426>>. Acesso em: 25 set. 2021. A íntegra do resumo técnico do

4 brancas, ao passo que em um curso de medicina, dentre 16 alunos apenas um é negro. A discrepância entre o número de alunos brancos e negros pode ser atribuída ao fato de que cursos como medicina e das áreas de ciências exatas possuem notas de corte mais altas, o que torna o acesso por parte de pessoas negras mais difícil, haja que grande parte dessa população não tem acesso ao ensino de qualidade.

O que se viu a partir da gestão do MEC durante o governo Bolsonaro foram inúmeras manifestações críticas às universidades por razões puramente ideológicas. Houve ainda a tentativa de cerceamento da autonomia universitária, empreendida por meio da nomeação de interventores, em desrespeito à lista tríplice elaborada pelas instituições, e por meio do corte de verbas orçamentárias por motivos políticos e de discursos anticiência.

Tendo em vista este cenário, a seguir serão abordadas as principais políticas adotadas no âmbito da educação, visando demonstrar que nos últimos quatro anos a pasta foi alvo de medidas marcadas por restrições orçamentárias que afetaram o ensino superior público, e, conseqüentemente, programas voltados à permanência e à diminuição da evasão por parte de estudantes em situação de vulnerabilidade econômica. Como será abordado, os cortes em recursos da educação não tiveram início no governo Bolsonaro mas sob sua gestão foram intensificados, ao mesmo tempo que as motivações que levaram às restrições envolveram questões ideológicas e políticas, manifestadas em discursos de ataques às universidades públicas e à ciência.

### **3. Os efeitos do governo Bolsonaro na educação: a elitização do ensino superior**

Após a redemocratização, a educação brasileira foi marcada pela adoção de importantes políticas voltadas à universalização do acesso às instituições de ensino superior, propiciada por programas como o Prouni e o Fies, bem como pelas ações afirmativas, que através das políticas de cotas sociais e raciais ampliaram o acesso à educação superior pública por pessoas pretas, indígenas e de baixa renda, rompendo com o cenário em que essas instituições eram marcadas pelo elitismo, oriundo da dificuldade de aprovação nos processos seletivos por aqueles que não tiveram acesso a um ensino fundamental e médio de qualidade.

Com a decretação da pandemia de Covid-19, não restaram outras alternativas às instituições de ensino a não ser a suspensão das aulas presenciais. Por outro lado, surgia a

---

censo da educação superior de 2017 pode ser acessado em <[https://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/resumo\\_tecnico/resumo\\_tecnico\\_censo\\_da\\_educacao\\_superior\\_2017.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/resumo_tecnico/resumo_tecnico_censo_da_educacao_superior_2017.pdf)>.

necessidade de adoção de medidas no sentido de conter o vírus e tentar amenizar os impactos do isolamento social, através de maiores investimentos em pesquisa e concessão de auxílios a grupos vulneráveis.

Na contramão de praticamente todos os outros países, a gestão da pandemia pelo governo federal chefiada por Bolsonaro foi marcada pelo negacionismo em relação à gravidade da doença e seus efeitos, pelo desincentivo ao isolamento social, pela disseminação de teorias da conspiração ligadas às vacinas, pela defesa da utilização de medicamentos sem comprovação científica, bem como pela nomeação de pessoas desprovidas de conhecimentos técnicos para cargos importantes na área da saúde<sup>37</sup>.

Por outro lado, a pandemia de covid-19 evidenciou ainda mais a ineficácia do Ministério da Educação e o enfraquecimento do sistema educacional público.

Com a instituição de modelos de educação à distância em praticamente todos os níveis de ensino, em 2020 os estudantes iniciaram uma mobilização pedindo o adiamento do Exame Nacional do Ensino Médio, principal porta de acesso ao ensino superior. Em resposta a essa demanda, o então Ministro Abraham Weintraub afirmou que a prova seria mantida e que o Enem não foi feito para corrigir injustiças<sup>38</sup>, desprezando a realidade de grande parcela de jovens que sofrem com a exclusão digital, por não terem acesso à internet e a um ambiente adequado para os estudos. No mesmo sentido, foi veiculada na mídia uma campanha, onde o MEC pedia para os estudantes se "reinventarem" para o Enem, em completa indiferença perante a realidade brasileira de exclusão social e econômica.

O Enem de 2021 refletiu as consequências da falta de adoção de políticas públicas voltadas para o amparo dos estudantes em situação de vulnerabilidade: o número de inscritos foi o menor em 14 anos, sendo que a queda mais acentuada foi entre os alunos pobres, negros, pardos e indígenas<sup>39</sup>. O resultado é o retrocesso em relação às políticas educacionais que possibilitaram o aumento da inclusão e da diversidade no ensino superior, e a contribuição

---

<sup>37</sup> KOZICKI, K.; CHUEIRI, V. K. de; SILVA, R. D. P. da; BONATTO, M. Militarização da Saúde: Crise e as Relações Civis- Militares no Governo Bolsonaro. *Direito Público*, [S. l.], v. 17, n. 96, 2021. DOI: 10.11117/rdp.v17i96.4618. Disponível em: <<https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/4618>>. Acesso em: 20 out. 2022 .

<sup>38</sup> LEMOS, Iara. Em reunião com senadores, Weintraub diz que Enem não foi feito para corrigir injustiças. *Folha de S. Paulo*, 2020. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/05/em-reuniao-com-senadores-weintraub-diz-que-enem-nao-foi-feito-para-corriger-injusticas.shtml>>. Acesso em 25/09/2021.

<sup>39</sup> SOUSA, Viviane. Enem 2021: número de pretos, pardos e indígenas inscritos cai mais de 50%. *G1*, 2021. Disponível em <<https://g1.globo.com/educacao/enem/2021/noticia/2021/08/27/enem-2021-cai-negros-pardos-indigenas-inscritos.shtml>>. Acesso em 27 out. 2021.

para o retorno a um período em que somente uma parcela restrita da população tinha acesso ao ensino de qualidade:

(...) no caso brasileiro, o enfraquecimento do sentido público do sistema educacional prejudicaria os mais pobres, pois crianças e jovens cujo entorno familiar tem menor renda e escolaridade precisam de instituições públicas, plurais e científicas para ajudá-los em seu processo de aprendizado e de construção de bases para a mobilidade social e política (ABRUCIO, 2021).

Durante a gestão Bolsonaro as universidades públicas foram alvos de medidas de viés assumidamente ideológico, cujo objetivo era restringir a autonomia e atuação dessas instituições e contribuíram para o processo de elitização do ensino superior.

Não por acaso, líderes com tendências autoritárias costumam questionar a ciência e as universidades, haja vista que essas instituições “fomentam o pensamento crítico, avaliam políticas públicas e produzem conhecimento que nem sempre vão ao encontro de interesses pessoais e ideológicos de governantes” (VENTURINI, 2021).

Desde o início da vigência da Emenda Constitucional nº 95, aprovada em 2016, que instituiu novo regime fiscal que impôs um limite aos gastos do governo federal até 2036, os investimentos na educação e em outras áreas foram restringidos significativamente<sup>40</sup>. Conforme esclarece Cynara Monteiro Mariano:

As regras do novo regime não permitem, assim, o crescimento das despesas totais e reais do governo acima da inflação, nem mesmo se a economia estiver bem, o que diferencia o caso brasileiro de outras experiências estrangeiras que adotaram o teto de gastos públicos. Somente será possível aumentar os investimentos em uma área desde que sejam feitos cortes em outras. As novas regras desconsideram portanto, as taxas de crescimento econômico, como também as demográficas pelos próximos 20 (vinte anos), o que (e aqui já antecipando a nossa crítica a respeito), poderá levar ao sucateamento das políticas sociais, especialmente nas áreas da saúde e educação, pondo em risco por completo a qualidade de vida da população brasileira (MARIANO, 2017, p 262).

Em 2020, 192 entidades, dentre elas organizações da sociedade civil, instituições acadêmicas, movimentos sociais e entidades sindicais apresentaram ao STF, na condição de *amicus curiae*, no âmbito das ADIs que pleiteiam a suspensão da EC nº 95/2016<sup>41</sup>, um

---

<sup>40</sup> Em estudo acerca dos impactos da EC 95/2016 na educação, Simone Coêlho Aguiar aponta que “No que diz respeito ao impacto da EC n.º 95/2016 no Plano Nacional de Educação (PNE), o resultado é claro: o governo federal tem gastado menos com educação quando comparado com o PIB ao longo dos últimos três exercícios financeiros, não obstante o compromisso de expansão de investimentos. Foram identificados, no tocante à União, os seguintes percentuais entre despesas executadas no exercício (educação, função 12) em relação ao PIB, de 2015 a 2018: 1,65%, 1,76%, 1,70%, 1,70% e 1,64%, respectivamente. Com efeito, vislumbra-se que não se atingirá a Meta 20, isto é, de investimento mínimo em educação de 7% do PIB no 5º ano de vigência da Lei n.º 13.005/2014, pelo menos em nível federal” (AGUIAR, 2019, p. 198).

<sup>41</sup> ADIs nº 5633, 5643, 5655, 5658, 5715 e 5743.

documento que reúne dados e informações sobre os impactos da Emenda 95 no enfrentamento da pandemia de covid-19.

Em relação à educação, a coalização autora do estudo, denominada “Direitos valem mais - Coalizão pelo fim da Emenda Constitucional 95”, aponta que a emenda do teto de gastos teve um efeito catastrófico sobre a educação ao impor um limite à expansão dos gastos federais na área, justamente em um momento em que o aumento do investimento é absolutamente necessário para alcançar as metas estabelecidas pelo Plano Nacional da Educação 2014-2024. A situação seria ainda mais grave, já que essa diminuição nos investimentos do governo federal na educação ocorre em um contexto de significativa redução dos gastos federais em áreas estratégicas, como ciência e tecnologia, fundamentais para lidar com a pandemia e também para garantir a recuperação econômica e social do país no período pós-crise<sup>42</sup>.

Ao analisar a situação do financiamento da educação no Brasil, a partir de dados do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, o estudo demonstra que entre 2007 e 2019 houve uma perda de cerca de R\$ 1 bilhão na educação superior. A redução dos recursos educacionais afetou universidades, institutos e centros federais de educação, além de hospitais universitários<sup>43</sup>.

Nesse mesmo sentido, Elaine Rossetti Behring e Giselle Souza identificam, através da coleta de dados do Orçamento Geral da União, uma redução de R\$ 14 bilhões dos recursos da educação entre o valor autorizado para o LOA nos anos de 2020 e 2019, deste percentual, 12% corresponde à recursos da educação superior. Em 2020, um novo contingenciamento retirou outros R\$ 2,2 bilhões do ensino superior, o que leva as autoras à conclusão de que esta é de fato a política mais atacada nos últimos anos, visto que foi alvo de uma “deliberada política de estrangulamento”<sup>44</sup>.

Este também é o diagnóstico do Balanço do Orçamento Geral da União de 2019 realizado pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc):

---

<sup>42</sup> DIREITOS VALEM MAIS, Coalização pelo fim da Emenda Constitucional 95. A urgência do fim da Emenda Constitucional 95 no enfrentamento da covid-19 e no cenário pós-pandemia. Brasília, 2020, p. 30. Disponível em <[https://direitosvalemmais.org.br/wp-content/uploads/2020/05/DOCUMENTO\\_STF\\_Maio\\_2020.pdf](https://direitosvalemmais.org.br/wp-content/uploads/2020/05/DOCUMENTO_STF_Maio_2020.pdf)> Acesso em 13 de fev. 2023.

<sup>43</sup> Ibid., p. 35.

<sup>44</sup> BEHRING, Elaine Rossetti; SOUZA, Giselle. Ultraneoliberalismo e fundo público: análise do orçamento das políticas sociais e do ajuste fiscal em tempos de pandemia. Trabalho e os limites do capitalismo: novas facetas do neoliberalismo. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020, p. 138.

A educação superior, de responsabilidade do Ministério da Educação (MEC), abrangendo fomento à pesquisa, é um dos alvos preferenciais dos cortes, principalmente por decisão política da atual gestão, que alega estarem as universidades e a pesquisa, especialmente as ciências humanas, entregues ao “marxismo cultural”. Soma-se a esse quadro crítico, a política de austeridade e a Emenda Constitucional 95, conhecida como teto de gastos, que drenaram recursos e dificultaram a vida das instituições públicas, conforme verificado no gráfico 5 (INESC, 2020, p.68) .

Com a eleição de Jair Bolsonaro iniciou-se um processo de desmonte de várias políticas públicas, dentre elas aquelas relacionadas à educação, ciência e tecnologia, decorrente do modelo de gestão adotado, marcado pela menor interferência do governo na economia e na vida dos indivíduos.

O corte de recursos de instituições de ensino, portanto, não é uma novidade trazida pelo governo Bolsonaro, mas diferentemente de outros governos, professores universitários passaram a ser alvos de perseguições, provocadas pela crença de que as instituições estariam repletas de “esquerdistas” ou “comunistas”. Da mesma forma, a comunidade científica passou a ser alvo de ataques por uma parcela da população insuflada pelo discurso negacionista do ex-presidente. Nesse cenário, o bloqueio de verbas foi utilizado como um instrumento para disciplinar a comunidade universitária, através da restrição de sua autonomia.

Em 2019 foram anunciados os primeiros bloqueios de verbas de universidades públicas no âmbito do governo Bolsonaro. A justificativa do então Ministro da educação Abraham Weitraub para o bloqueio de 30% dos recursos de três universidades federais - UnB, UFBA e UFF - foi que a medida seria uma retaliação às atividades políticas classificadas como “balbúrdia, “bagunça” e “evento ridículo”, sem, no entanto, especificar a quais episódios se referia. O outro argumento foi o de que as universidades teriam apresentado desempenho insuficiente<sup>45</sup>. Após a repercussão negativa do anúncio, Weitraub afirmou que o corte afetaria na verdade todas as universidades federais.

A justificativa para a realização dos cortes importou em violação manifesta ao texto constitucional que impõe a obrigatoriedade de fundamentação das decisões administrativas e enumera a impessoalidade como um dos princípios que orientam a atuação da Administração Pública.

Os argumentos utilizados pelo Ministro demonstram que a condução da pasta da educação foi orientada fortemente pelas ideologias do presidente e seus apoiadores e pelo negacionismo em relação ao desempenho das instituições, tendo em vista que o alto

---

<sup>45</sup> Paralisação nacional na educação: oito polêmicas de Bolsonaro no setor. BBC NEWS BRASIL, 2019. Disponível em <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-48232717>>. Acesso em: 27 out. 2021.

desempenho acadêmico das universidades públicas é periodicamente comprovado por indicadores<sup>46</sup>.

Nos anos seguintes novos cortes foram realizados. Em 2022, o governo federal anunciou um corte de 5,8% no orçamento do MEC, o que retiraria das universidades R\$ 328,5 milhões. No mesmo ano, foi publicado o Decreto de reprogramação orçamentária que previa um corte de R\$10,5 bilhões de despesas do Poder Executivo, apenas na pasta da Educação, o corte seria de R\$ 3 bilhões<sup>47</sup>.

Referidas restrições orçamentárias fizeram com que fossem ajuizadas ações junto ao Supremo Tribunal Federal objetivando a declaração de ilegalidade dos bloqueios. O partido Rede Sustentabilidade, na ADPF 1035, argumentou que o Decreto que determinou os contingenciamentos violava direitos à educação, à autonomia universitária e à promoção da pesquisa e que 200 mil bolsas de estudos de pós-graduação deixariam de ser pagas. Além disso, reitores de universidades e institutos federais estimavam que devido aos cortes, cerca de 500 mil alunos em situação de vulnerabilidade poderiam ficar sem receber bolsa-auxílio<sup>48</sup>.

No Mandado de Segurança 38893 impetrado pela União Nacional dos Estudantes (UNE), Associação Nacional dos Pós-graduandos (ANPG) e pela União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes), as entidades sustentavam que os cortes afetariam pesquisas científicas e programas de residência médica, além de causar prejuízos à estudantes de pós-graduação, pesquisadores e residentes, prejudicando igualmente a população que depende de serviços oferecidos pelos hospitais universitários<sup>49</sup>.

Os recursos para ciência, tecnologia e inovação também vinham sendo alvos de cortes, que foram igualmente intensificados durante o governo Bolsonaro. O relatório de ciências da Unesco publicado em 2021 aponta que houve uma queda de 36% do gasto orçamentário do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) entre 2015 e 2016, cenário acompanhado por uma queda no número de bolsas de doutorado oferecidas pela Capes. De acordo com o relatório, os cortes refletem no número de diplomas de

---

<sup>46</sup> De acordo com o ranking da revista britânica Times Higher Education publicado em 2022, dentre as dez melhores universidades do país, oito são públicas. Disponível em <<https://forbes.com.br/carreira/2022/08/as-10-melhores-universidades-do-brasil-em-2022/>>. Acesso em: 20 nov. 2022.

<sup>47</sup> HESSEL, Rosana. Educação é o órgão mais afetado pelo novo corte orçamentário do governo. Correio Braziliense, 2022. Disponível em <<https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2022/10/5042264-educacao-e-o-orgao-mais-afetado-pelo-novo-corte-orcamentario-do-governo.html>>. Acesso em: 28 out. 2022.

<sup>48</sup> BRASIL.Supremo Tribunal Federal. Arguição de Descumprimento de preceito fundamental n. 1035. Brasília, 2022.

<sup>49</sup> BRASIL.Supremo Tribunal Federal. Mandado de Segurança n. 38893. Brasília, 2022.

pós-graduação, bem como na quantidade de publicações científicas<sup>50</sup>. Em 2015, o orçamento de fundos de apoio à pesquisa como Capes, CNPq e FNDCT foi de R\$ 13,97 bilhões, ao passo que em 2020 o montante foi de R\$ 4,40 bilhões, conforme indicam dados do SIOP<sup>51</sup>.

Os impactos na ciência brasileira foram trágicos. Grande parte das pesquisas no Brasil é feita por alunos de cursos de pós-graduação das universidades públicas. São alunos que conseguem se dedicar à pesquisa graças a bolsas fornecidas por órgãos como a Capes e o CNPq. Os cortes orçamentários no MEC e no MCTI, e, conseqüentemente, nas bolsas acarretou na interrupção de estudos e comprometeu o sustento de diversos alunos que se dedicavam exclusivamente à pesquisa. Com isso, pesquisas que seriam de extrema importância para o enfrentamento da pandemia não foram financiadas. Cite-se, por exemplo, um estudo coordenado por Eduardo Zimmer na UFRGS.

O grupo de pesquisadores submeteu ao edital emergencial da Capes uma pesquisa sobre os efeitos da Covid-19 no cérebro e a possibilidade de amenizá-los por meio da utilização de fármacos já existentes. O projeto foi considerado relevante mas não foi selecionado para o recebimento de financiamento<sup>52</sup>.

Além disso, universidades como a UFRJ, UFMG, UFPR e Unifesp criaram projetos de desenvolvimento de vacinas contra a covid-19, que foram igualmente impactados pelos cortes.

Ademais, o projeto Future-se criado em 2019, que propunha uma alteração no modo de financiamento das universidades, com o propósito de "aumentar a autonomia administrativa das universidades e estimulá-las a captar recursos próprios", foi criticado publicamente por ferir a autonomia universitária<sup>53</sup>. Tratava-se, em verdade, de um projeto cuja finalidade era desincumbir o poder público de aplicar recursos públicos na educação superior, mediante o aumento da verba privada no orçamento das instituições.

---

<sup>50</sup> UNESCO. Relatório de ciências da Unesco. A corrida contra o tempo por um desenvolvimento mais inteligente. Resumo executivo e cenário brasileiro. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2021, p. 67. Disponível em <[https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000377250\\_por](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000377250_por)>. Acesso em: 13 de fev. 2023.

<sup>51</sup> SOARES, Carlos Barbosa. A farsa que se repete: ataque ao “marxismo cultural” e à educação crítica no Governo Bolsonaro. CONFLUENZE Vol. XIII, No. 1, 2021, p. 242, ISSN 2036-0967, DOI: <https://doi.org/10.6092/issn.2036-0967/13093>, Dipartimento di Lingue, Letterature e Culture Moderne, Università di Bologna.

<sup>52</sup> ESCOBAR, Herton. A diáspora: Por que os cientistas estão indo embora do Brasil. Piauí, out.2021. Disponível em <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/a-diaspora/>>. Acesso em: 30 fev. 2022.

<sup>53</sup> BRAZ, Marcos. Andifes critica gestão de Bolsonaro para o ensino superior. Correio Braziliense, 2022. Disponível em <<https://www.correiobraziliense.com.br/euestudante/ensino-superior/2022/12/5056569-andifes-define-como-desastrosa-gestao-de-bolsonaro-para-o-ensino-superior.html>>. Acesso em 10 dez.2022.

Os efeitos das políticas de viés marcadamente ideológico e liberal foram sentidos principalmente por estudantes de baixa renda, que sofreram com a suspensão ou diminuição de auxílios e bolsas de estudos, devido às dificuldades enfrentadas pelas universidades federais em custear bolsas destinadas à garantia da permanência dos estudantes. Cite-se, por exemplo, o caso do estudante indígena ouvido pela Folha de S. Paulo em 2021, que teve seus auxílios reduzidos após os cortes, segundo ele, os valores recebidos eram utilizados para o sustento de sua família e para o pagamento de aluguel e alimentação<sup>54</sup>.

Os cortes de recursos da Capes e do CNPq culminaram na diminuição de oferta de bolsas de pesquisa, contribuíram para que o desenvolvimento de pesquisas ficasse restrito a pessoas com mais recursos financeiros. Com base em estudo sobre a criação de ações afirmativas por programas de pós-graduação, Anna Venturini concluiu que o corte orçamentário faria com que somente pessoas com mais recursos conseguissem fazer mestrado ou doutorado sem bolsa de estudo, tendo em vista a exigência de dedicação exclusiva por parte das instituições de ensino<sup>55</sup>.

As restrições orçamentárias comprometeram igualmente políticas públicas já existentes como o Pnaes<sup>56</sup>, instituído em 2010 com a finalidade de “ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal”, visando a democratização das condições de permanência na educação superior pública federal; a minimização dos efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; a redução das taxas de retenção e evasão; e a contribuição para a promoção da inclusão social pela educação.

As ações de assistência voltam-se às áreas de moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

O programa estabelece que as iniciativas de assistência estudantil devem ser planejadas objetivando garantir a igualdade de oportunidades, promover o desempenho acadêmico e prevenir a retenção e a evasão de estudantes por falta de condições financeiras.

---

<sup>54</sup>Após cortes, universidades federais reduzem auxílios a alunos vulneráveis e adiam retorno presencial. Folha de S. Paulo, 2021. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2021/06/apos-cortes-universidades-federais-reduzem-auxilios-a-alunos-vulneraveis-e-adiam-retorno-presencial.shtml>>. Acesso em 19 out. 2022.

<sup>55</sup> JUCÁ, Beatriz. Cortes de verbas desmontam ciência brasileira e restringem pesquisa a mais ricos. El País, 2019. Disponível em <[https://brasil.elpais.com/brasil/2019/09/03/politica/1567542296\\_718545.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/09/03/politica/1567542296_718545.html)>. Acesso em 20 out. 2022.

<sup>56</sup> BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES.

Por conta disso, o Pnaes estabelece que deve ser dada prioridade à assistência a estudantes vindos de escolas públicas ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, além de outros critérios que podem ser estabelecidos pelas instituições federais de ensino superior.

Os recursos destinados ao programa são repassados às instituições pelo governo federal, de modo que as despesas do Pnaes são financiadas pelas dotações orçamentárias alocadas anualmente ao Ministério da Educação ou às instituições federais de ensino superior, cabendo ao governo adequar o número de beneficiários do programa com as dotações orçamentárias disponíveis, observando as limitações estabelecidas pelas leis orçamentárias e financeiras vigentes, conforme estipula o art. 8º do Decreto 7.234/2010.

Portanto, ao retirar recursos das instituições de ensino superior, o governo federal comprometeu seriamente a permanência de estudantes de baixa renda nas universidades públicas, grupo que reconhecidamente possui dificuldades não só de acesso ao ensino de qualidade mas também enfrentam obstáculos que afetam o acesso à oportunidades e comprometem seu desempenho acadêmico.

As medidas adotadas pela gestão Bolsonaro na educação explicitam uma busca pela destruição de um modelo político e social inaugurado pela Constituição de 1988 e efetivado por políticas públicas que contribuíram para a universalização do acesso ao ensino superior por grupos menos favorecidos e para permanência destes nas instituições de ensino.

Conforme elucidada ABRUCIO, apesar dos problemas enfrentados no âmbito da política educacional, dentro de um período de trinta anos foram feitas significativas transformações no ensino, tais como a construção de uma agenda, de um modelo institucional e a conjugação de atores que compartilhavam uma visão de mundo tal como uma comunidade epistêmica, fatores que contribuíram para a organização da educação brasileira. O governo Bolsonaro, no entanto, nas palavras da autora, dinamitou “cada um desses aspectos, realizando uma desconstrução impressionante” para os dois primeiros anos de mandato (ABRUCIO, 2021, p. 286).

Nesse cenário, fica nítido que a gestão Bolsonaro em um primeiro momento utilizou-se do corte de recursos públicos como uma medida de controle visando coibir práticas imorais que supostamente ocorriam nas dependências das universidades públicas. Visando esse mesmo objetivo, durante a pandemia, houve a tentativa por parte do ex-presidente de possibilitar que o Ministro da Educação nomeasse reitores sem a realização de consulta à

comunidade acadêmica, através da publicação de uma medida provisória, que posteriormente foi derrubada pelo Senado<sup>57</sup>.

Tratam-se de manobras desconstituintes que esvaziaram o direito à educação, enquanto dever do Estado e cercearam a autonomia administrativa e orçamentária da universidades, ao mesmo tempo em que contribuíram para a erosão da democracia constitucional brasileira, na medida em que, nas palavras de Cristiano Paixão, “consistiram em uma série de ações e omissões do governo federal” que atingiram “setores cruciais da ordem constitucional” (PAIXÃO, 2020), cuja consequência foi a elitização do ensino superior, uma vez que comprometeu políticas de universalização de acesso ao ensino e a permanência de estudantes de baixa renda nos cursos de graduação de pós graduação, e ao deixar de criar políticas de assistência voltadas aos estudantes do ensino médio em situação de vulnerabilidade, comprometeu o acesso desse grupo ao ensino superior, em razão da dificuldade de acesso à internet durante o período de aulas remotas.

Conforme aponta PAIXÃO, para instaurar uma crise, neste caso no âmbito da educação, o Poder Executivo não precisou recorrer à emissão de medidas provisórias ou trabalhar pela aprovação de projetos de lei. Foi suficiente "desestabilizar de dentro", ou seja, implementar práticas administrativas que violaram abertamente a Constituição, seja enfraquecendo a proteção mínima estabelecida pelo texto constitucional, seja subvertendo alguns de seus preceitos fundamentais. No caso da educação o que se percebeu foi que essas manobras desconstituintes foram efetivadas através de um desvirtuamento, “que se manifesta quando órgãos do Poder Público passam a exercer suas atividades contra a proteção de determinados bens constitucionais”(PAIXÃO, 2020).

Em comparação, nas áreas ligadas à base de apoio de Bolsonaro, o que se observou foi um aumento orçamentário, como foi o caso do Ministério da Defesa. O Projeto de Lei Orçamentária de 2022, previa 67 novos investimentos que juntos totalizavam R\$ 997 milhões, deste total, mais da metade, ou seja, R\$ 627,5 milhões seria destinada ao Ministério da Defesa. Por outro lado, o Projeto pretendia que, dentre os novos investimentos, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações teria apenas nove novas ações, com R\$ 89 milhões, e a Educação somente duas ações de R\$ 59 milhões<sup>58</sup>. É nítido, portanto, uma atuação deliberada

---

<sup>57</sup> BRASIL. Medida Provisória nº 979, de 2020.

<sup>58</sup> AGÊNCIA SENADO. Ministério da Defesa fica com maior parte dos novos investimentos do Orçamento de 2022. Disponível em <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/09/21/ministerio-da-defesa-fica-com-maior-parte-dos-novos-investimentos-do-orcamento-de-2022>. Acesso em: 20 dez. 2022.

no sentido de dismantelar políticas públicas educacionais ao mesmo tempo em que se buscou privilegiar políticas ligadas a áreas importantes para aqueles que apoiavam o governo.

Nem mesmo o aumento exponencial no número de mortes durante a pandemia foi capaz de frear a asfixia da produção científica e do orçamento das universidades, o que comprova o propósito perseguido pela gestão Bolsonaro no sentido de suprimir o direito à educação, o que se manifesta igualmente na inércia do MEC diante das dificuldades enfrentadas pelos estudantes.

#### **4. Considerações finais**

Os estudos desenvolvidos por pesquisadores do Direito Constitucional e da Ciência Política demonstram que as democracias constitucionais de vários países vêm sendo atingidas por um processo caracterizado pela erosão gradual de suas principais bases de sustentação.

No Brasil, a eleição de Jair Messias Bolsonaro pode ser apontada como o ponto alto desse fenômeno, em virtude de suas manifestações de exaltação da ditadura militar e falta de comprometimento com as regras do jogo democrático.

Sua gestão foi marcada por práticas que, através da utilização de diversas estratégias e instrumentos, implicaram no desmonte deliberado de várias políticas públicas e instituições de fiscalização.

Através deste artigo buscou-se demonstrar como a adoção de manobras desconstituintes na área da educação agravaram o cenário de erosão democrática percebida desde 2016. As universidades públicas foram alvos de cortes nos orçamentos e ataques motivados por questões ideológicas e políticas. O bloqueio de verbas consistiu em uma forma de retaliação às instituições enquanto espaços marcados pela diversidade e desenvolvimento do pensamento crítico.

Os atos do governo, notadamente voltados para a tentativa de disciplinar as universidades através de cortes de verbas, demonstram que a estratégia utilizada no âmbito da educação foi a asfixia orçamentária. Ou seja, não foi preciso intervir diretamente através da nomeação de administradores ou reitores interventores, isso porque por diversas vezes a suspensão do repasse de recursos por si só comprometeu o funcionamento dessas instituições.

A gestão da educação no âmbito do governo Bolsonaro representou um retrocesso após anos de avanços que ampliaram o acesso de grupos vulneráveis ao ensino superior e fragilizaram ainda mais o sistema educacional.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA SENADO. Ministério da Defesa fica com maior parte dos novos investimentos do Orçamento de 2022. Disponível em <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/09/21/ministerio-da-defesa-fica-com-maior-parte-dos-novos-investimentos-do-orcamento-de-2022>>. Acesso em: 20 dez. 2022.

AGUIAR, Simone Coêlho. Análise das restrições orçamentárias decorrentes da Emenda Constitucional nº 95/2016 nos gastos com educação. 2019. Tese (Doutorado). Curso de Direito. Universidade de Fortaleza (UNIFOR).

ALBUQUERQUE, Diogo. Verba orçamentária da UnB para 2023 será de R\$ 1,9 bilhão. Correio Braziliense, 02 jan. 2023. Disponível em <<https://www.correiobraziliense.com.br/euestudante/ensino-superior/2023/01/5063081-verba-orcamentaria-da-unb-para-2023-sera-de-rs-19-bilhao.html>>. Acesso em: 10 jan. 2023.

AVRITZER, Leonardo; KERCHE, Fábio; MARONA, Marjorie. Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2021.

Após cortes, universidades federais reduzem auxílios a alunos vulneráveis e adiam retorno presencial. Folha de S. Paulo, 2021. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2021/06/apos-cortes-universidades-federais-reduzem-auxilios-a-alunos-vulneraveis-e-adiam-retorno-presencial.shtml>>. Acesso em 19 out. 2022.

BARBOZA, Estefânia Maria Queiroz; ROBL FILHO, Ilton Norberto. Constitucionalismo abusivo: fundamentos teóricos e análise da sua utilização no Brasil contemporâneo. Direitos Fundamentais & Justiça, Belo Horizonte, ano 12, n. 39, jul./dez. 2018.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Arguição de Descumprimento de preceito fundamental n. 1035. Brasília, 2022.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Arguição de Descumprimento de preceito fundamental n. 1035. Brasília, 2022.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Mandado de Segurança n. 38893. Brasília, 2022.

BRAZ, Marcos. Andifes critica gestão de Bolsonaro para o ensino superior. Correio Braziliense, 04 dez. 2022. Disponível em <<https://www.correiobraziliense.com.br/euestudante/ensino-superior/2022/12/5056569-andifes-define-como-desastrosa-gestao-de-bolsonaro-para-o-ensino-superior.html>>. Acesso em: 10 dez. 2022.

Bolsonaro diz que política de cotas é 'equivocada' e que política de combate ao preconceito é 'coitadismo'. G1, 2018. Disponível em <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/10/24/bolsonaro-diz-ser-contras-cotas-e-que-politica-de-combate-ao-preconceito-e-coitadismo.ghtml>>. Acesso em 20/09/2021.

BROWN, Wendy. Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

CALÉ, Flávia. A quem interessa a paralisação do Sistema de Avaliação da Capes? *Jornal da USP*, 05 out. 2021. Disponível em <<https://jornal.usp.br/artigos/a-quem-interessa-a-paralisacao-do-sistema-de-avaliacao-da-capes/>>. Acesso em: 21 nov. 2022.

CÂMARA, Heloisa Fernandes; ALMEIDA, Ana Paula Cardoso; Estratégias de erosão constitucional no Brasil: bolsonarismo e a desconstituição por meios legais e administrativos. *Revista Direito e Práxis*, Ahead of print, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em:<<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/66510>>. Acesso em: 12 dez. 2022. DOI: 10.1590/2179-8966/2022/66510.

CAVALCANTI, L. M. R.; GUERRA, M. DAS G. G. V. Os desafios da universidade pública pós-pandemia da Covid-19: o caso brasileiro. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, v. 30, p. 73–93, 2021. Fundação CESGRANRIO.

CHADE, Jamil. Democracia vive erosão global; no Brasil, Bolsonaro ataca instituições. *UOL*, 2022. Disponível em <<https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2022/02/10/democracia-vive-erosao-global-no-brasil-bolsonaro-ataca-instituicoes.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em 20/10/2022.

COSTA, F.; RAPHAELLA, K.; SILVA, W. P. DA; BARBOSA, E. P. O Estado brasileiro sob Bolsonaro: neoliberalismo, neofacismo e fundamentalismo. *Cadernos GPOSSHE On-line*, v. 4, n. Unico, 2021. Disponível em: <<https://revistas.uece.br/index.php/CadernosdoGPOSSHE/article/view/6709>>. Acesso em: 17 fev. 2022.

DIREITOS VALEM MAIS, Coalização pelo fim da Emenda Constitucional 95. A urgência do fim da Emenda Constitucional 95 no enfrentamento da covid-19 e no cenário pós-pandemia. Brasília, 2020, p. 30. Disponível em <[https://direitosvalemmais.org.br/wp-content/uploads/2020/05/DOCUMENTO\\_STF\\_Maio\\_2020.pdf](https://direitosvalemmais.org.br/wp-content/uploads/2020/05/DOCUMENTO_STF_Maio_2020.pdf)> Acesso em 13 de fev. 2023.

ESCOBAR, Herton. A diáspora. *Revista Piauí*, out. 2021. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/a-diaspora/>>. Acesso em: 22 nov. 2022.

ESCOBAR, Herton; CASTRO, Guilherme. Novos cortes desenham “quadro sombrio” para a ciência brasileira. *Jornal da USP*, 22 jun. 2022. Disponível em <https://jornal.usp.br/universidade/novos-cortes-desenham-quadro-sombrio-para-a-ciencia-brasileira/>. Acesso em: 22 jul. 2022.

G1. Pedro Henrique Gomes. Crítico de Zumbi dos Palmares, Sérgio Camargo chefiará comitê gestor da área onde fica memorial. 03/06/2020. Disponível em <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/06/30/critico-de-zumbi-dos-palmares-sergio-camargo-chefiara-comite-gestor-da-area-onde-fica-memorial.ghtml>>. Acesso em 03/08/2021.

GAGLIONI, Cesar. Como os cortes de orçamento de pesquisa científica afetam você. *Nexo Jornal*, 13 ago. 2022. Disponível em <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2022/08/13/Como-os-cortes-de-orcamento-de-pesquisa-cientifica-afetam-voc%C3%Aa>>. Acesso em: 20 nov. 2022.

GOMES, Pedro Henrique; GARCIA, Gustavo. Milton Ribeiro toma posse como quarto ministro da Educação no governo Bolsonaro.G1, 2020. Disponível em <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/07/16/milton-ribeiro-toma-posse-como-quarto-ministro-da-educacao-no-governo-bolsonaro.ghtml>>. Acesso em 15/09/2021.

HESSEL, Rosana. Educação é o órgão mais afetado pelo novo corte orçamentário do governo. Correio Braziliense, 05 out. 2022. Disponível em <<https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2022/10/5042264-educacao-e-o-orgao-mais-afetado-pelo-novo-corte-orcamentario-do-governo.html>>. Acesso em 28: out. 2022.

IDOETA, Paula Adamo; GUIMARÃES, Ligia. Após ano turbulento, por que 2020 será decisivo para a educação no Brasil. BBC News Brasil, 03 jan. 2020. Disponível em <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50861806>>. Acesso em: 20 nov. 2022.

INESC. O Brasil com baixa imunidade. Balanço do Orçamento Geral da União 2019. Brasília, 2020.

JUCÁ, Beatriz. Cortes de verbas desmontam ciência brasileira e restringem pesquisa a mais ricos. El País, 2019. Disponível em <[https://brasil.elpais.com/brasil/2019/09/03/politica/1567542296\\_718545.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/09/03/politica/1567542296_718545.html)>. Acesso em 20 out. 2022.

KOZICKI, K.; CHUEIRI, V. K. de; SILVA, R. D. P. da; BONATTO, M. Militarização da Saúde: Crise e as Relações Cívico- Militares no Governo Bolsonaro. Direito Público, [S. l.], v. 17, n. 96, 2021. DOI: 10.11117/rdp.v17i96.4618. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/4618>. Acesso em: 03 out. 2021.

LEITÃO, Miriam. A democracia na armadilha: crônicas do desgoverno. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.

LEMOS, Iara. Em reunião com senadores, Weintraub diz que Enem não foi feito para corrigir injustiças. Folha de S. Paulo, 2020. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/05/em-reuniao-com-senadores-weintraub-diz-que-enem-nao-foi-feito-para-corrigir-injusticas.shtml>>. Acesso em 25/09/2021.

LOPES, Mariana Tormin Tanos; NEDER MEYER, Emilio Peluso; LINHARES, Emanuel Andrade. Pandemia e Erosão da Democracia Constitucional: uma análise dos ataques à transparência no Brasil. Direito Público, v. 17, n. 96, 2021.

LYNCH, Christian; CASSIMIRO, Paulo Henrique. Populismo reacionário: ascensão e legado do bolsonarismo. São Paulo: Editora Contracorrente, 2022.

MARTINS, Rafael Moro. Entrevista: ‘Bolsonarismo e aperto no orçamento sucatearam universidades federais’, diz reitor da UFPR. The Intercept Brasil, 22 dez. 2022. Disponível em <<https://theintercept.com/2022/12/22/entrevista-bolsonarismo-e-aperto-no-orcamento-sucatearam-universidades-federais-diz-reitor-da-ufpr/>>. Acesso em: 29 dez. 2022.

MARTINS, P. F. DE M.; JUNIOR, C. A. M. DE A.; RODRIGUES, J. A. Orçamento público para financiamento da assistência estudantil no ensino superior sob a perspectiva do direito humano fundamental à educação: Public budget for the financing of student assistance in higher education under the perspective of fundamental human rights to education.

Argumentos - Revista do Departamento de Ciências Sociais da Unimontes, v. 16, n. 2, p. 138–164, 2019.

Milton Ribeiro é preso pela PF: entenda o escândalo no MEC envolvendo ex-ministro e pastores. BBC NEWS BRASIL, 2022. Disponível em <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-61900067>>. Acesso em 15/09/2022.

MOTTA, Anáís. Mandetta, Teich, Pazuello e Queiroga: os 4 ministros da Saúde da pandemia. UOL, 2021. Disponível em <<https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2021/03/15/mandetta-teich-pazuello-e-queiroga-os-4-ministros-da-saude-da-pandemia.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em 20/10/2022.

NICOLAU, Jairo. O Brasil dobrou à direita. Uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

NUNES, E. A.; CARVALHO, R. F. DE; VIZOLLI, I. Direito à Educação: Gestão Democrática e Políticas Públicas em Tempo de Pandemia/Covid-19 no Estado do Tocantins. Revista Brasileira de Educação do Campo, v. 5, p. e10680–e10680, 2020.

VIEIRA, Oscar Vilhena. A batalha dos poderes: da transição democrática ao mal-estar constitucional. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SANTOS, Carolina Cassia Batista; ABRANTES, Patricia Paulino Muniz de; ZONTA, Rafael. Limitações orçamentárias: desafios à assistência estudantil da UnB em tempos de pandemia. Cadernos Cajuína, v. 6, n. 3, 2021. Disponível em: <https://cadernoscajuina.pro.br/revistas/index.php/cadcajuina/article/view/503>. Acesso em: 12 abr. 2021.

RAIC, D. F. F.; CARDOSO, M. C.; PEREIRA, S. A. C. A universidade pública em cenários neoliberais e fascistas: balbúrdias de resistência em tempos de Covid-19. Revista Eletrônica de Educação, v. 14, p. e4556143–e4556143, 2020. Disponível em <<https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/4556/1188>>. Acesso em: 12 abr. 2022.

HUNTER, Wendy; POWER, Timothy J. Bolsonaro and Brazil's Illiberal Backlash. Journal of Democracy, v. 30, n. 1, p. 68-82, jan. 2019.

PAIXÃO, Cristiano. Destruindo “por dentro”: práticas desconstituintes do nosso tempo. (2020) GGN, 13 jul. 2020b. Disponível em: <<https://jornalggn.com.br/artigos/destruindo-por-dentro-praticasdesconstituintes-do-nosso-tempo-por-cristiano-paixao/>>. Acesso em: 18 dez. 2020.

PAIXÃO Cristiano. Captura da constituição e manobras desconstituintes: crônica do Brasil contemporâneo. (2020) GGN, 06 nov. 2020. Disponível em: <<https://jornalggn.com.br/artigos/captura-da-constituicao-e-manobras-desconstituintes-chronica-do-brasil-contemporaneo-por-cristiano-paixao/>>. Acesso em 27 ago. 2021.

Paralisação nacional na educação: oito polêmicas de Bolsonaro no setor. BBC NEWS BRASIL, 2019. Disponível em <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-48232717>>. Acesso em 27/10/2021.

PASSARINHO, Nathalia. Sob ameaça de cortes no governo Bolsonaro, cursos de ciências sociais e humanas concentram diversidade racial. BBC NEWS Brasil, 2019. Disponível em <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-48201426>>. Acesso em 25/09/2021.

PINHEIRO Rosana Machado e PINHEIRO-MACHADO, Adriano de Feixo (org). Brasil em transe: Bolsonarismo, nova direita e desdemocratização. Pos. 792. Rio de Janeiro. Oficina Raquel, 2019.

REZENDE, Jáder. Novo corte na educação inviabiliza funcionamento de universidades. Correio Braziliense, 05 out. 2022. Disponível em <<https://www.correiobraziliense.com.br/euestudante/ensino-superior/2022/10/5042251-novo-corte-na-educacao-e-inviabiliza-funcionamento-de-universidades.html>>. Acesso em: 20 nov. 2022.

ROGRIGUES, Mateus. MEC lança 'Future-se', programa para aumentar verba privada no orçamento das federais. G1, 17 jul. 2019. Disponível em <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/07/17/mec-lanca-future-se-para-aumentar-verba-privada-no-orcamento-das-federais.ghtml>>. Acesso em: 20 nov. 2021.

RUNCIMAN, David. Como a democracia chega ao fim. São Paulo: Todavia, 1ª ed., 2018, p. 233.

SALGADO, Eneida Desiree; ALMEIDA, João Guilherme Walski de. Lawfare e crise da democracia: contribuições da experiência brasileira para compreensão da erosão democrática. In: Lawfare: guerra jurídica e retrocesso democrático. Curitiba: Íthala / GRD, 2022. v.4.

SCHEPPELE, Kim Lane. Autocratic Legalism. The University of Chicago Law Review. Volume 85, 2, 2018. Disponível em: <<https://lawreview.uchicago.edu/volume-85-issue-2-march-2018-239-608>>.

SOARES, Carlos Barbosa. A farsa que se repete: ataque ao “marxismo cultural” e à educação crítica no Governo Bolsonaro. CONFLUENZE Vol. XIII, No. 1, 2021, p. 242, ISSN 2036-0967, DOI: <https://doi.org/10.6092/issn.2036-0967/13093>, Dipartimento di Lingue, Letterature e Culture Moderne, Università di Bologna.

SOUSA, A .A. S. de; OLIVEIRA, A. C. O. de.; SILVA, L. B. Da; SOARES, M. (Orgs.). Trabalho e os limites do capitalismo: novas facetas do neoliberalismo. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

SOUSA, Viviane. Enem 2021: número de pretos, pardos e indígenas inscritos cai mais de 50%. G1, 2021. Disponível em <<https://g1.globo.com/educacao/enem/2021/noticia/2021/08/27/enem-2021-cai-negros-pardos-indigenas-inscritos.ghtml>>. Acesso em 27/10/2021.

TEITELBAUM, Benjamin R. Guerra pela eternidade: o retorno do tradicionalismo e a ascensão da direita populista. Campinas: Editora Unicamp, 2020.

UNESCO. Relatório de ciências da Unesco. A corrida contra o tempo por um desenvolvimento mais inteligente. Resumo executivo e cenário brasileiro. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2021, p. 67. Disponível em <[https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000377250\\_por](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000377250_por)>. Acesso em: 13 de fev. 2023.

VENTURINI, Anna Carolina. Ensino superior público e cortes orçamentários: discricionarieidade ou discriminação? Nexo, 25 jun. 2021. Disponível em: <

<https://pp.nexojornal.com.br/opinia%20/2021/Ensino-superior-p%20p%20Ablico-e-cortes-or%20%20ament%20%20A1rios-discricionariedade-ou-discrimina%20%20A7%20%20A3o>>. Acesso em: 19 nov. 2022.